



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 44 • 01 a 06/12/07 • ISSN1809-6182

Resenhas

04/12/2007 – Conferência de Annapolisp.01

A Conferência de Annapolis realizada nos Estados Unidos marca a retomada de negociações entre palestinos e israelenses, interrompidas desde 2005, mas evidencia, principalmente, que ainda existem muitas divergências a serem resolvidas para se chegar a um acordo definitivo.

07/12/2007 – Plebiscito para a nova constituição na Venezuelap.05

Depois de perder o referendo que legitimaria a nova Constituição venezuelana, Hugo Chávez é impossibilitado de ampliar mais uma etapa da almejada busca por uma “Venezuela socialista”.

12/12/2007 – O novo Primeiro-Ministro australiano.....p.07

Foi jurado, no dia 3 de dezembro de 2007, o 26º Primeiro-Ministro australiano, Kevin Rudd, que pretende modificar a postura do país perante a questão ambiental e solucionar as divergências na relação entre os aborígenes e o resto dos australianos.

Conferência de Annapolis

Resenha
Segurança

Ana Caroline Medeiros Maia
04 de dezembro de 2007

A Conferência de Annapolis realizada nos Estados Unidos marca a retomada de negociações entre palestinos e israelenses, interrompidas desde 2005, mas evidencia, principalmente, que ainda existem muitas divergências a serem resolvidas para se chegar a um acordo definitivo.

A Conferência de Annapolis, realizada no dia 27 de novembro de 2007, representou mais uma tentativa para equacionar o conflito histórico entre israelenses e palestinos.

O encontro aconteceu na academia da Marinha, na cidade estadunidense de Annapolis, localizada próxima à Washington. Estiveram reunidos o Primeiro-Ministro de Israel, Eoluh Olmert, o Presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, membros do Comitê da Liga Árabe, representantes do G8 e do Conselho de Segurança, além de outros representantes.

Nos dias que antecederam ao encontro, diversos protestos à sua realização ocorreram no Oriente Médio, principalmente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, ocasionando uma morte e ferindo mais de 50 pessoas.

Militantes do Hamas¹ afirmaram que não estão dispostos a cumprir nenhum acordo e que a resistência contra a ocupação de Israel irá continuar de todas as formas necessárias.

Ainda, líderes do Partido de oposição de

Israel, o Likud, disseram que Olmert só deveria iniciar conversas com os palestinos quando a infra-estrutura terrorista dos mesmos estiver totalmente destruída. Ademais, ainda afirmaram que o discurso feito por Abbas na Conferência possuía demandas extremas.

Apesar de todos os protestos e as ameaças de não cumprimento dos acordos, alguns se mostraram otimistas quanto à possibilidade da solução do conflito, apesar de a Conferência ter sido apenas o passo inicial para tal.

George W. Bush é um dos que possui uma visão positiva de toda a situação, tendo afirmado que iria fazer tudo que estivesse ao seu alcance, enquanto Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), para que a paz seja alcançada.

Bush disse ainda que os palestinos precisam criar um governo justo, que ofereça oportunidades iguais para todos os cidadãos, e que é muito importante o fim da estrutura terrorista. Aos israelenses, afirmou que é necessário findar a expansão dos assentamentos sobre outros territórios e que devem apoiar a criação de um Estado palestino.

Eoluh Olmert enfatizou em seu discurso o sofrimento da população de seu país e também o dos palestinos com todos os acontecimentos, e disse estar preparado para lidar com as questões centrais que

¹ Grupo radical islâmico que venceu a eleição parlamentar na Palestina em 2005. É considerado uma organização terrorista pelos Estados Unidos e pela União Européia.

envolvem o conflito.

O Primeiro-Ministro ainda afirmou que ao fim das negociações espera a construção de um Estado palestino, delimitado por fronteiras acordadas entre ambas as partes. No mais, disse que esse futuro Estado deve ser democrático e livre da ameaça terrorista, ao passo que Israel deverá se consolidar como o lar dos judeus, que deverão viver em paz e também sem a ameaça do terror.

Mahmoud Abbas, por sua vez, afirmou em seu discurso a necessidade de se atingir a paz e equacionar a questão, e que reconhece o mesmo desejo em Olmert.

Também falou sobre o importante papel de Jerusalém na resolução do conflito e na necessidade de que a expansão das atividades de assentamentos israelenses chegue ao fim. Ainda, segundo Abbas, é preciso que os palestinos tenham liberdade para reconstrução da lei e da ordem.

Ficou acordado no encontro em Annapolis que será criado um comitê para coordenar as negociações de paz, e que Mahmoud Abbas e Eduh Olmert deverão se reunir a cada duas semanas. As negociações serão supervisionadas pelos EUA, e espera-se que um acordo seja obtido ao final de 2008.

A primeira reunião entre Abbas e Olmert já está marcada para ocorrer dia 12 de dezembro de 2007, sendo que os dois lados deverão basear-se nas obrigações definidas em um acordo anterior, denominado 'Mapa do caminho', até que se chegue a um acordo de paz definitivo.

O 'Mapa do caminho' foi acordado em 2003, e sua iniciativa foi atribuída aos EUA, à Federação Russa, à União Européia e à Organização das Nações Unidas. Ficou estabelecido que deveriam ser implementadas três fases.

A primeira consistiria no fim da violência e na criação de uma Constituição por parte dos palestinos, enquanto os israelenses deveriam acabar com a

expansão dos assentamentos e fazer uso restringido da força militar.

Um segundo momento estipulava a elaboração, em uma conferência internacional, de um Estado Palestino, com "fronteiras provisórias". E o último momento seria marcado por conversas e negociações para uma solução definitiva do conflito israelense-palestino.

A data limite para a execução de todas essas etapas era 2005, mas desde então as negociações entre israelenses e palestinos estavam suspensas. Em 2006, quando o Hamas venceu as eleições Parlamentares palestinas, a possibilidade de obtenção de um acordo foi minada, visto que Israel, assim como outros países, se recusavam a negociar com uma organização que, segundo eles, é terrorista.

Assim, mesmo que a Conferência de Annapolis represente um importante passo na retomada das negociações entre os dois lados, não se deve idealizar o seu alcance. Afinal, ela marca apenas o início de um árduo trabalho a ser realizado, fato que foi reconhecido tanto por Abbas quanto por Olmert em seus discursos na conferência.

Além disso, as questões centrais que constituem um entrave às negociações ainda não foram resolvidas. Uma delas refere-se aos territórios ocupados por Israel na Guerra de 1967². Abbas enfatizou em seu discurso na Conferência de Annapolis que todos os territórios palestinos conquistados por Israel em 1967 devem ser "devolvidos", o que incluiu Jerusalém Oriental.

Ainda, é fundamental para muitos palestinos que as Colinas de Golã³, assim como parte do território libanês ocupados também sejam devolvidos,

² Ver também: Quarenta anos da Guerra de 1967.

³ As Colinas de Golã foram ocupadas por Israel na Guerra de 1967, e foram anexadas em 1981. São localizadas na fronteira entre Líbano, Síria, Israel e Jordânia. A região permanece um ponto de entrave entre Síria e Israel.

respectivamente, para a Síria e para o Líbano. Há também o fato de que os palestinos querem que Jerusalém Oriental seja a capital de um futuro Estado, enquanto alguns israelenses consideram que Jerusalém é “indivisível”.

Portanto, o conflito na região torna-se cada vez mais complicado na medida em que envolve outros países. As Colinas de Golã, por exemplo, são reivindicadas pela Síria como parte de seu território. Alguns israelenses, por outro lado, como os integrantes do Partido Likud, consideram as colinas “parte inseparável” de Israel.

Outra questão fundamental é a dos assentamentos israelenses. Os palestinos exigem que sejam retirados todos os assentamentos estabelecidos nas regiões ocupadas desde a Guerra de 1967, o que inclui a Cisjordânia.

Ademais, um problema muito grave está no fato de que os aproximadamente quatro milhões de refugiados palestinos exigem o retorno às suas terras, das quais foram expulsos quando o Estado de Israel foi criado, em 1947. Para alguns israelenses, essas pessoas não possuem direito de se estabelecerem dentro do estado de Israel, que deve ser visto como um lar dos judeus.

A verdade por detrás da questão dos refugiados é que, como a população palestina é maior do que a israelense, se for permitido o retorno dos primeiros, haverá mais palestinos em Israel do que israelenses, o que provoca grande resistência desses últimos ao retorno dos palestinos.

Os problemas que envolvem o controle do aquífero na Cisjordânia, também permanecem relevantes. Os israelenses controlam cerca de 80% desse aquífero, e os palestinos, assim como outros países, reivindicam uma redistribuição mais equitativa da água.

Já houve um acordo em 1994 entre Jordânia e Israel a respeito de uma cooperação na utilização dos recursos

hídricos, principalmente no rio Jordão, o que evidencia mais uma vez que os problemas na região não envolvem apenas palestinos e israelenses.

Ainda, a região do Oriente Médio em si possui uma forte concentração populacional, e os recursos naturais são escassos para tanta gente. Pode-se dizer que tanto pela falta de recursos quanto pela distribuição desigual dos mesmos que essa questão torna-se tão central e de difícil solução.

Dessa forma, pode-se dizer que ainda existem muitos problemas a serem resolvidos, que não dependem apenas da boa-vontade das autoridades, mas principalmente do consentimento de israelenses e palestinos.

Caso esses não concordem com as cláusulas de um possível futuro acordo, muito dificilmente esse poderá ser realmente efetivo. Questões históricas e religiosas estão envolvidas no conflito, e resta saber o quanto ambos os lados estão dispostos a continuar sofrendo para defender seus valores.

Obviamente, não se pode generalizar qual a posição de todos os israelenses e de todos os palestinos. Dentro de cada um desses grupos existem inúmeras divergências de opiniões: há aqueles grupos mais radicais que não querem ceder nada, há os menos radicais e também os que são totalmente favoráveis à paz.

Portanto, resta esperar as negociações futuras e observar qual grupo cuja opinião prevalecerá sobre as demais. O mais importante a se perceber é que o conflito Israel-palestina a muito tempo deixou de se restringir a somente esses dois lados, mas constitui-se principalmente em um conflito árabe-israelense.

Dessa forma, a dinâmica das negociações tornam-se ainda mais complexas, e uma grande e importante questão permanece: os palestinos estão dispostos a aceitar um acordo que não atendam aos interesses de

todos os países árabes? Ou ainda, um acordo que não satisfaça a todos na região, de uma forma geral, é capaz de prevalecer?

Dados os acordos e acontecimentos já existentes, e as diversas tentativas para equacionar o conflito, pode-se dizer que uma solução que não atenda aos interesses de todos, pelo menos em parte, dificilmente irá prevalecer. Afinal, se todas as partes não cederem em algum ponto, um acordo será extremamente complicado, visto que muitos dos interesses em jogo são incompatíveis.

A verdade é que a Conferência de Annapolis constitui-se apenas em um passo inicial. Deve-se lembrar que diversas outras tentativas foram feitas para solucionar o conflito, sem sucesso. Tal fato permite indagar de que forma os resultados obtidos dessa vez poderão ser diferentes dos anteriores.

Há uma longa caminhada para que o 'Mapa do Caminho' possa ser realmente implementado e se torne efetivo, o que evidencia que um acordo não será alcançado facilmente.

árabe-israelense: Parte II

24-11-2006 : [Agravamento da situação na Faixa de Gaza.](#)

20-06-2007: [Quarenta anos da Guerra de 1967.](#)

09-07-2007: [O conflito interno entre israelenses e palestinos: Hamas e Fatah.](#)

Referência

Sites:

Folha online

www.folha.uol.com.br

BBC Brasil

www.bbc.co.uk/portuguese

The White House

www.whitehouse.gov

Ver também:

13-08-2006: [Perspectivas para o conflito árabe-israelense: Parte I](#)

28-09-2006: [Perspectivas para o conflito](#)

Plebiscito para a nova Constituição na Venezuela

Resenha
Integração Regional

Marina Robspierre
07 de dezembro de 2007

Depois de perder o referendo que legitimaria a nova Constituição venezuelana, Hugo Chávez é impossibilitado de ampliar mais uma etapa da almejada busca por uma “Venezuela socialista”.

No dia 2 de dezembro de 2007, mais de 16 milhões de venezuelanos foram às urnas para votar no referendo que aprovaria a nova Constituição proposta por Hugo Chávez.

Depois de várias manifestações realizadas pelas ruas de Caracas, capital da Venezuela, o referendo teve um resultado contrário à pesquisa de opinião divulgada pelo governo, que afirmava a vitória do presidente venezuelano. No entanto, outras pesquisas, divulgadas por meios de comunicação privados, já previam a vitória do “não”. Pela primeira vez, em nove processos eleitorais (referendos e eleições normais), Chávez é vencido e não chega às urnas com ampla vantagem. A diferença percentual de ganho da oposição foi de aproximadamente 2%, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

O objetivo do presidente venezuelano é modificar a Constituição de 1999, também elaborada por ele, concentrando ainda mais o poder no executivo. O poder executivo nessa nova proposta passaria, então, a se sobrepor ao poder legislativo.

A mudança mais polêmica, dentre as propostas pelo presidente venezuelano, é a mudança no mandato, atualmente de cinco, para sete anos e a reeleição ilimitada e contínua. Além desta medida, a nova Constituição daria fim à autonomia

do Banco Central no que diz respeito às reservas internacionais. Segundo o professor do Instituto de Empresa (IE), Juan Carlos Martínez Lázaro, dar fim à independência do Banco Central da Venezuela (BCV) significa formalizar o que já estava sendo feito. A iniciativa surgiu da tentativa do BCV de controlar o câmbio no ano de 2003, quando a greve de petroleiros colocou em xeque a economia da Venezuela. Assim, a nova Constituição impediria que acontecimentos como esse ocorressem novamente.

Ademais, as modificações dariam direito ao presidente de restringir fontes de informação em momentos de emergência. Esse meio de censura vem sendo realizado em vários setores, como o que ocorre na reforma educacional [Ver também: [O novo modelo educacional de Hugo Chávez.](#)] promovida por Chávez que prevê, entre outros fatores, exclusividade de ensino apenas sobre a história venezuelana, deixando de lado histórias “imperialistas” como as que ocorreram na América do Norte, principalmente nos Estados Unidos.

Em seus últimos pronunciamentos antes da pesquisa popular, Chávez disse que aqueles que estivessem votando “não” estariam a favor de George W. Bush. Segundo ele, “quem vota por sim, vota por Chávez, quem vota não, vota contra Chávez e contra a revolução”. Além disso,

o presidente afirmou que o “verdadeiro inimigo são os EUA, não a oligarquia crioula”

Esse pronunciamento é reflexo da oposição política chavista contra os princípios do capitalismo estadunidense. A porta voz da Casa Branca, Diana Perino, pronunciou, no dia 30 de novembro, se mostrando preocupada com o povo venezuelano que corria risco de não ter eleições justas e livres. Havia muita dúvida entre membros da Casa Branca com relação à legitimidade do referendo. Isso porque nem a organização dos Estados americanos (OEA), nem a União Européia foram convidadas por Chávez para assistir ao processo de votação.

Tanta discussão entre os dois líderes, Hugo Chávez e George W. Bush levou o presidente venezuelano a ameaçar não abastecer mais os oleodutos estadunidenses, o que não passou de retórica. Isso porque os Estados Unidos são o principal consumidor petróleo da Venezuela, comprando 1,5 milhão de barris de petróleo por dia.

Alguns analistas reforçam que o resultado do plebiscito pode relativizar projetos de reeleição em países como Colômbia, Bolívia e Equador. De acordo com o professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Eduardo Viola, “a derrota de Chávez tem um impacto muito importante sobre o resto da América Latina, no sentido de criar uma barreira para tentativas de ampliar reeleições no continente”.

O resultado do referendo, de acordo com o líder da oposição, Leopoldo López, foi uma “vitória da democracia”. O líder que é prefeito do município de Chacao, um dos cinco que compõe a grande Caracas, deixou-se abraçar pela multidão que comemorava a derrota de Chávez.

Apesar da derrota, Hugo Chávez permanece com suas políticas socialistas e antiimperialistas. O presidente argumenta dizendo que “faltou tempo, faltou capacidade para explicar melhor”. Afirma

ainda que não desistiu e que “a proposta segue viva, não está morta”. Chávez disse também que essa a mudança sugerida por ele é a “mais avançada do planeta” e apesar de assumir a derrota, afirmou que enquanto durar seu mandato (2013) vai trabalhar “sem descanso”.

Referência

Sites:

BBC Brasil:

<http://www.bbc.co.uk>

Folha de São Paulo:

<http://www.folha.uol.com.br>

El mundo:

<http://www.elmundo.es>

El país:

<http://www.elpais.com>

Reuters:

<http://br.reuters.com>

The New York Times:

<http://www.nytimes.com>

Ver também:

24-10-2007: [O novo modelo educacional de Hugo Chávez](#)

O novo Primeiro-Ministro australiano

Resenha
Segurança

Anna Claudia de Santana Menezes
12 de dezembro de 2007

Foi jurado, no dia 3 de dezembro de 2007, o 26º Primeiro-Ministro australiano, Kevin Rudd, que pretende modificar a postura do país perante a questão ambiental e solucionar as divergências na relação entre os aborígenes e o resto dos australianos.

Em uma eleição que contou com a participação de 13,5 milhões de votantes¹, dentre uma população de 21 milhões de habitantes, Kevin Rudd foi escolhido como novo Primeiro-Ministro australiano. Essa vitória do trabalhista Rudd nas urnas marca o fim de um período de 11 anos de John Howard, membro do Partido Liberal, na liderança do país.

Em um contexto no qual os eleitores privilegiaram os assuntos domésticos, as políticas econômica e externa de Howard se tornaram motivos de descontentamento popular, transformando-se em argumento para fortalecer a campanha do Partido Trabalhista.

Ao eleger seu gabinete, o novo premiê começa a demonstrar que seu governo terá diferenças substanciais. Tradicionalmente, os ministros eram indicados através de uma votação dos parlamentares; no entanto, Kevin Rudd utilizou seu mandato para escolher pessoalmente seus ministérios. Julia Gillard² será a vice Primeira-Ministra e se responsabilizará pelo Ministério da

Educação, Ministério do Emprego e Relações Trabalhistas e Ministério da Inclusão Social. Rudd justifica a escolha pelo agrupamento das três pastas argumentando que parte de sua plataforma eleitoral era tornar a Austrália mais competitiva através da melhoria dos padrões educacionais.

A importância que o novo governo dará à questão ambiental denota uma das divergências com a administração de John Howard. Para tratar do assunto, o premiê eleito nomeou Penny Wong, a primeira asiática a ser membro do parlamento federal, como sendo a primeira ministra dedicada especialmente às mudanças climáticas e à preservação dos recursos hídricos.

Rudd afirmou que ratificaria o Protocolo de Quioto³, revertendo sua postura anti-Quito do país. Tal comportamento perante o Protocolo se dava sob a alegação do ex-premiê, John Howard, de que caso a Austrália assinasse tal acordo, o país colocaria em risco sua economia, uma vez que é o maior exportador de carvão mineral do mundo.

A promessa de Rudd de “ação imediata”

¹ A Austrália constitui-se por um sistema parlamentar bicameral (Casa dos Representantes e Senado), no qual o voto é obrigatório.

² Julia Gillard é a vice-líder do Partido Trabalhista australiano, e, com a nomeação de Kevin Rudd, torna-se a primeira mulher a ocupar o cargo de vice Primeira-Ministra no país.

³ O Protocolo de Quioto foi adotado na 3ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, em 1997. Seu propósito é reduzir as emissões de gás carbônico que, segundo os países que ratificaram o Tratado, são responsáveis pelas mudanças climáticas.

foi cumprida no dia 3 de dezembro de 2007, quando ratificou o Protocolo. A validação do documento ocorreu no contexto da 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Bali, Indonésia. Na Conferência, representantes de 190 países se reuniram para discutir o Protocolo e traçar o Mapa do Caminho de Bali⁴, que delimitará uma data para que se obtenha um novo acordo para reduzir o aquecimento global e seus efeitos.

Os delegados australianos que se encontravam na Conferência comunicaram que o país assumirá a meta de diminuir suas emissões em 60% até 2050, juntamente com o objetivo de substituir 20% de sua energia por energia renovável até 2020.

Essa iniciativa do novo governo evidencia um afastamento da política externa australiana da administração Bush. Os Estados Unidos da América (EUA) aparecem isolados na questão ambiental porque são o único país desenvolvido que se opõe às metas de Quioto, uma vez que a Austrália mudou sua atitude quanto ao assunto. O líder da delegação estadunidense na 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas contra argumentou que poucos países estão sendo capazes de reduzir significativamente suas emissões e que “os Estados Unidos investiram bilhões de dólares em novas tecnologias, que vão desde o carvão limpo até o hidrogênio.”.

A afirmação da retirada de 550 soldados australianos do Iraque enfatiza o distanciamento das políticas dos dois países. Com essa ação, os EUA perdem um dos seus maiores aliados na Guerra no

Iraque. O presidente estadunidense, George W. Bush alertou para o fato de que a retirada pode encorajar milícias opositoras à sua “guerra contra o terror”. No entanto, essa divergência não deve ser vista como uma ruptura na relação entre os países: em seu discurso de vitória, Rudd mencionou os EUA como “nosso grande amigo e aliado.”.

Ainda no âmbito internacional, Kevin Rudd preocupa-se também com o posicionamento da Austrália regionalmente, e já afirmou que estreitará relações com a Indonésia e Índia. Segundo o Premiê, o país deve ter um comportamento mais engajado, proporcionando ajuda aos vizinhos que se encontrarem em dificuldades.

Internamente, a maior mudança acontece nas relações com os aborígenes. O Primeiro-Ministro anunciou que fará um pedido formal de desculpas à população aborígene devido a abusos sofridos por esta no passado. A vice-premiê acrescentou que a prioridade é acabar com as diferenças nas condições de vida entre os aborígenes e o resto da população australiana.

Em 1770, James Cook, navegador britânico, em uma expedição conjunta com o botânico Joseph Banks, constatou, após exploração ao território australiano, que tal continente era adequado à colonização. Os 300 mil aborígenes que habitavam o local antes da chegada dos colonizadores foram pressionados pelas zonas de pastoreio e mineração que a metrópole – Inglaterra – começa a expandir pela área.

No decorrer de uma geração, os aborígenes viram sua população ser reduzida a aproximadamente 80% devido a doenças introduzidas pelos colonos, assassinatos cometidos por brancos, e outras consequências do choque cultural.

De acordo com Ellis Cashmore em seu livro *“Dicionário de relações étnicas e raciais”*, a partir de 1850 o governo da colônia australiana passou a ser

⁴ Proposta do governo brasileiro que sugere que os diálogos diplomáticos sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos sejam transformados em uma negociação formal com término definido, 2009. Após tal data, países desenvolvidos e em desenvolvimento finalizariam um acordo a ser instituído entre 2013 e 2018.

responsabilidade dos colonizadores, e não mais do British Colonial Office, o que levou a “um século de controles restritivos e racistas apoiados pelas racionalizações desenvolvimentista e darwinista sociais.”.

Como consequência dessa conjuntura discriminatória os aborígenes foram removidos de seus locais habituais e confinados em reservas sob estrito controle, além de terem seus direitos cívicos destituídos, como o direito de possuir propriedades e a liberdade de ir e vir.

Tal marginalização da etnia trouxe grandes conflitos entre australianos e aborígenes. Foi somente a partir de 1970 que este quadro começou a ser revertido, com políticas de inclusão cívica dos nativos, que iam desde a autodeterminação dos povos à possibilidade de legislação sobre eles.

Atualmente, os aborígenes correspondem a 2,7% dos australianos, sendo uma minoria que reivindica ainda seu lugar na sociedade.

De acordo com estudos do Bureau Australiano de Estatísticas (ABS, sigla em inglês), os aborígenes são 13 vezes mais propensos a serem encarcerados, 3 vezes mais propensos ao desemprego e 2 vezes mais prováveis de serem vítimas da violência. Esses números são resultados desse processo de marginalização.

Para solucionar tal contexto, o parlamento aprovou, em agosto de 2007, o *Northern Territory Emergency Response Bill*. Neste projeto de lei, foram criadas medidas que, entre outras, bane o álcool em áreas aborígenes, pune pais cujos filhos não freqüentem as escolas, além de instituir novas regras para os subsídios da previdência para forçar os pais a gastar mais com alimentação e bens essenciais. O alcoolismo é um problema grave na sociedade: segundo Alison Anderson, líder aborígene, “estamos perdendo uma geração por causa dele.”.

Críticos à legislação argumentavam que

esta é uma volta às políticas paternalistas, grande responsável pelo não reconhecimento dos direitos cívicos dos aborígenes que ocorreu no passado. Como consequência, haveria um agravamento na discriminação de tal etnia.

Muitos líderes aborígenes também não concordaram com o documento, alegando que não foram consultados, além de acreditarem que muitas medidas estavam fadadas ao fracasso porque eram meramente constituídas pra conquistar eleitores para a eleição de novembro de 2007.

Com a vitória de Rudd, os aborígenes dizem estar esperançosos com a possibilidade de um novo relacionamento com o resto do país. Eles desaprovavam o modo como John Howard lidava com eles, caracterizando-o como negligente e relapso.

Com menos de uma semana no poder, é ainda muito cedo para saber qual será a linha que Kevin Rudd e seu gabinete seguirão. Não obstante, o Primeiro-Ministro discursou em sua posse que sua agenda se constituirá em “começar a construir um sistema educacional, agir com urgência nos desafios que trazidos pelas mudanças climáticas” e que será um prêmio para os “nativos australianos”.

Referência

Livros:

CASHMORE. Ellis. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. Selo Negro Edições. 2000. 600 pág.

Sites:

BBB:

<http://www.bbcnews.co>

Centro de Estudos em Sustentabilidade:

<http://ces.fgvsp.br/>

International Herald Tribune:

<http://www.iht.com>

New Zealand Herald:

<http://www.nzherald.co.nz/>

Partido Trabalhista australiano:

<http://www.alp.org.au/>

The Economist:

<http://www.economist.com>

The Guardian:

<http://www.theguardian.co.uk/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof^a. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira.

Membros: Ana Carolina Maia; Anna Claudia Menezes; André Klausling; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes; Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>